

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO

MEMÓRIAS, MATERIALIDADE E PATRIMÔNIO: POSSIBILIDADES DE RECONSTITUIÇÃO DO ILÊ ASÉ ODÉ IBUALAMO

***MEMORIAS, MATERIALIDAD Y PATRIMONIO: POSIBILIDADES DE
RECONSTITUCIÓN PARA ILÊ ASÉ ODÉ IBUALAMO***

***MEMORIES, MATERIALITY, AND HERITAGE: RECONSTITUTION
POSSIBILITIES FOR ILÊ ASÉ ODÉ IBUALAMO***

EIXO TEMÁTICO: 03 – Arquitetura vernácula popular: memórias, documentação e preservação

JESUS, Zana Meire Oliveira de (Odecidarewa, Mãe Zana de Odé)

Agente da Comunidade Detentora; Ilê Asé Odé Ibualamo
maezanadeode@gmail.com

JESUS, Zana Meire Oliveira de (Odecidarewa, Mãe Zana de Odé)

Agente Comunitario; Ilê Asé Odé Ibualamo
maezanadeode@gmail.com

JESUS, Zana Meire Oliveira de (Odecidarewa, Mãe Zana de Odé)

Community Agent; Ilê Asé Odé Ibualamo
maezanadeode@gmail.com



KOK, Glória

Doutora; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

gloriakokgo@gmail.com

KOK, Glória

Doctora; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

gloriakokgo@gmail.com

KOK, Glória

PhD; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

gloriakokgo@gmail.com

SANTOS, Amália Cristovão dos

Doutora; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

amaliasantos@gmail.com

SANTOS, Amália Cristovão dos

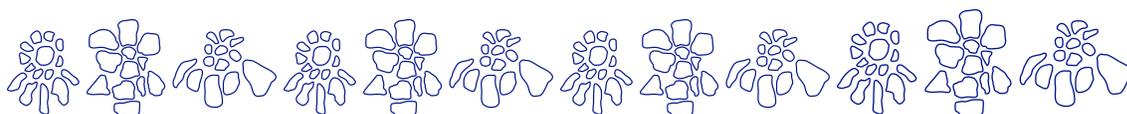
Doctora; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

amaliasantos@gmail.com

SANTOS, Amália Cristovão dos

PhD; Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

amaliasantos@gmail.com



RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar e discutir metodologias e conceitos mobilizados na produção de documentação sobre o Ilê Asé Odé Ibualamo, terreiro assentado em Carapicuíba (Região Metropolitana de São Paulo) e destruído pela Prefeitura em dezembro de 2022, a partir do projeto “A destruição do terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo: patrimônios e caminhos de reparação”. Por meio de entrevistas, visitas de campo, debates, curadoria colaborativa e dinâmicas de arquivo informal, o grupo levantou e produziu registros sobre a materialidade do terreiro, sua inserção na rede de comunidades de matriz africana na cidade e interestadual e as atividades que compunham o cotidiano e as festas realizadas no Ilê, bem como material referente a sua demolição. A apresentação compreende três aspectos centrais do projeto de pesquisa, que buscam fundamentar questões acerca da patrimonialização de manifestações culturais de povos de matriz africana: o primeiro diz respeito aos parâmetros metodológicos principais, baseados no campo da história oral e afinados com um horizonte de democratização da produção historiográfica; o segundo e terceiro aspectos referem-se a atividades propostas com a finalidade de produzir documentações sobre a história e a materialidade da comunidade, a saber, dinâmica de arquivo informal e produção coletiva de maquete. Dessa forma, intentou-se contribuir para a construção – colaborativa e democrática – de léxicos patrimoniais afinados com arquiteturas e configurações urbanas vernaculares e originárias de epistemologias não euro-cristãs.

PALAVRAS-CHAVE: história oral; memória; arquivo informal; patrimônio; terreiro de candomblé.

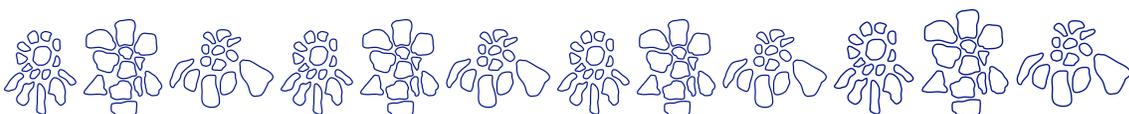
RESUMEN

Esta comunicación tiene como objetivo presentar y discutir metodologías y conceptos movilizados en la producción de documentación sobre Ilê Asé Odé Ibualamo, un *terreiro* ubicado en Carapicuíba (Región Metropolitana de São Paulo) y destruido por el Ayuntamiento en diciembre de 2022, a partir del proyecto “A destrucción del *terreiro* Ilê Asé Odé Ibualamo: patrimonio y caminos de reparación”. A través de entrevistas, visitas de campo, debates, curación colaborativa y dinámicas informales de archivo, el grupo recopiló y produjo registros sobre la materialidad del *terreiro*, su inserción en la red de comunidades africanas en la ciudad y la interestatal y las actividades que componían el vida cotidiana y fiestas celebradas en Ilê, así como material relativo a su demolição. La presentación comprende tres aspectos centrales del proyecto de investigación, que buscan fundamentar interrogantes sobre la patrimonialización de las manifestaciones culturales de los pueblos de origen africano: el primero atañe a los principales parámetros metodológicos, basados en el campo de la historia oral y en sintonía con un horizonte de democratización de la producción historiográfica; el segundo y tercer aspecto se refieren a actividades propuestas con el propósito de producir documentación sobre la historia y materialidad de la comunidad, es decir, dinámicas informales de archivo y producción de modelos colectivos. De esta manera, se pretendía contribuir a la construcción –colaborativa y democrática– de léxicos patrimoniales en sintonía con arquitecturas y configuraciones urbanas vernáculas y provenientes de epistemologías no eurocristianas.

PALABRAS CLAVE: historia oral; memoria; archivo informal; patrimonio; *terreiro de candomblé*.

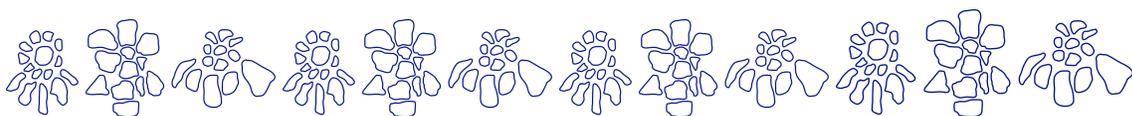
ABSTRACT

This communication aims to present and discuss methodologies and concepts mobilized in the production of documentation about Ilê Asé Odé Ibualamo, a *terreiro* located in Carapicuíba (Metropolitan Region of São Paulo) and destroyed by the City Hall in December 2022, based on the project “The destruction of Ilê Asé Odé Ibualamo: heritage and paths to reparation”. Through interviews, field visits, debates,



collaborative curation and informal archive dynamics, the group collected and produced records about the materiality of the *terreiro*, its insertion in the network of African-based communities in the city and interstate and the activities that made up the daily life and parties held at the Ilê, as well as material relating to its demolition. The presentation comprises three central aspects of the research project, which seek to substantiate questions about the patrimonialization of cultural manifestations of people of African origin: the first concerns the main methodological parameters, based on the field of oral history and in tune with a horizon of democratization of historiographic production; the second and third aspects refer to activities proposed with the purpose of producing documentation about the history and materiality of the community, namely, informal archive dynamics and collective model production. In this way, the aim was to contribute to the construction—collaborative and democratic—of heritage lexicons in tune with vernacular architectures and urban configurations originating from non-Euro-Christian epistemologies.

KEYWORDS: oral history; memory; informal archive; patrimony; *terreiro de candomblé*.



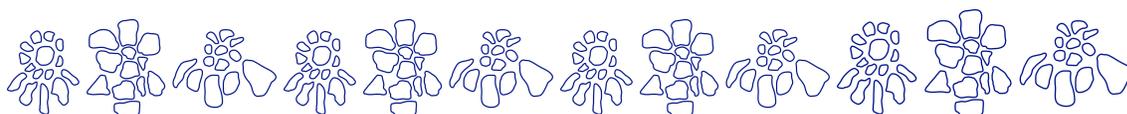
INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar e discutir metodologias e conceitos mobilizados na produção de documentação sobre o Ilê Asé Odé Ibulamo, terreiro assentado em Carapicuíba (oeste da Região Metropolitana de São Paulo) e destruído pela Prefeitura em dezembro de 2022. Em meados de 2023, foi firmado o projeto “A destruição do terreiro Ilê Asé Odé Ibulamo: patrimônios e caminhos de reparação”,¹ selecionado em edital de chamamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de São Paulo (CAU/SP), que previu cinco meses de trabalho, com produção final de um site de divulgação e consolidação dos resultados.² A equipe do projeto, composta originalmente por três pesquisadoras e três agentes da comunidade detentora, operou a partir de seus lugares de ação e trabalhou o máximo possível de forma colaborativa e dialogada. Por meio de entrevistas, visitas de campo, debates, curadoria colaborativa e dinâmicas de reconhecimento e produção de documentação, o grupo levantou e criou registros sobre a história da formação e atuação do terreiro, sua materialidade, sua inserção na rede de comunidades de matriz africana na cidade e interestadual e as atividades que compunham o cotidiano e as festas realizadas no Ilê, bem como material referente a sua demolição.

A unidade territorial tradicional (UTT) Ilê Asé Odé Ibulamo estava alocada nas proximidades do rio Cadaval desde a década de 1980. Foi instalada pela família consanguínea de Odecidarewá, atual Yalorixá e liderança da comunidade tradicional, mais conhecida como Mãe Zana, ativista na luta pela garantia dos direitos humanos, manutenção da vida e reprodução cultural dos povos de matriz africana. Mãe Zana é atuante no combate ao racismo e suas faces. Sua atuação, que se inicia ainda na adolescência e se mantém até os dias atuais, a faz ser alvo de intimidações e cerceamento de seus direitos humanos individuais e coletivos. Mãe

¹ Projeto sediado na Associação Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e realizado com fomento do Edital de Chamamento de Patrimônio Cultural do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de São Paulo (CAU/SP), Edital n. 005/2023, Termo de Fomento n. 020/2023. Além da equipe participante, agradecemos imensamente a Mãe Iraildes e Vera (Ilê Axé Nitá Nirê e Associação Cultural e Assistencial São Cosme e São Damião), Anna Beatriz Ayroza Galvão, Luis Octávio de Faria e Silva (Plataforma de Pesquisa “Arquitetura e Biosfera”), Júlia Dantas Deccó, Laura Leal Costacurta Ferrarezi, Sueli Gomes de Brito e sua carinhosa família, Tomaz Oliveira dos Santos, Derick Oliveira de Almeida, João Pedro Mancini, Lucas Almeida, Carolina Klocker, Luana Rodrigues, Tamara Pereira e Jéssica Akemi, além de toda a comunidade reunida na Frente Ilê Odé Ibulamo.

² FRENTE ILÊ ODÉ IBUALAMO. Disponível em: <<https://ileodecau.wixsite.com/frenteileode>>. Acesso em: 22 abr. 2024. Tanto no site quanto neste artigo, todas as falas atribuídas a integrantes da comunidade do Ilê Asé Odé Ibulamo e do Ilê Axé Nitá Nirê, em aspas ou como citação indireta, foram colhidas durante entrevistas e atividades realizadas ao longo do ano de 2023 pela equipe de pesquisa do projeto.

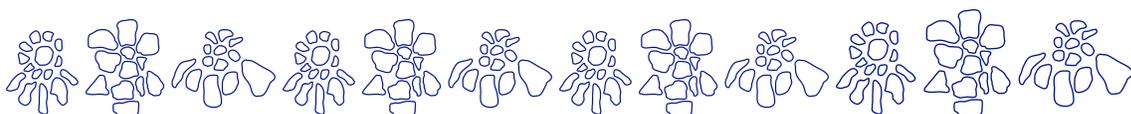


Zana é reconhecida pela sociedade e pelos povos tradicionais dentre vários estados e municípios do Brasil pela luta em defesa dos direitos humanos e, mais recentemente, pela grave violação a qual seu território, seu povo e toda comunidade ao entorno foi submetida.

Desde 1994, Mãe Zana trava uma longa e exaustiva luta em busca de reconhecimento da existência de seu povo na cidade de Carapicuíba, articulando políticas públicas, de preservação ambiental, organizando frentes de luta, participando ativamente do desenvolvimento social de seu município e defendendo melhores condições para a população negra em vulnerabilidade. O território tradicional promovia a relação sustentável entre a comunidade e seu entorno, incluindo o rio e as matas circundantes. Sua atuação de articulação entre governo e sociedade civil, porém, sempre teve retaliação por parte dos governantes que a veem como obstáculo. Por fim, no ano de 2022, a obra de canalização em curso há mais de 15 anos, com recursos do governo federal através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), chega ao território e começa uma tentativa de expulsão em massa. Os procedimentos afrontaram quaisquer protocolos de consulta e estudo de área, sem priorizar as vidas não apenas humanas, mas hídrica, da fauna e da flora ali presentes.

Neste momento, Mãe Zana se colocou pela defesa da comunidade afetada e, como resposta ao seu posicionamento e influência, vira novamente alvo. Na sequência, teve início uma série de violências: ameaças de despejo imediato, retroescavadeiras atingindo as bases da edificação em seu território, terras sendo reviradas, o rio desviado criando um ambiente de risco iminente e um laudo feito sem vistoria e entregue ao Judiciário sob a alegação de perigo de desabamento, que resultou em uma liminar expedida ordenando demolição imediata. Mãe Zana reage mais uma vez juntando seu povo, amigos, especialistas diversos na área de mitigação de riscos, adaptação climática, urbanização, regularização fundiária, defesa dos direitos humanos junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, entre tantas outras instituições e entidades da sociedade civil organizada numa tentativa de reverter a liminar, mas não teve força maior, não teve voz, não teve trégua.

No dia 15 de dezembro de 2022, a unidade tradicional foi invadida e destruída sem dar a chance de serem retiradas suas identidades culturais e remanescentes de familiares que concretizaram uma história transatlântica. Relíquias e fragmentos da existência e resistência para a manutenção da cultura africana em solo brasileiro, tudo que estava há mais de trinta

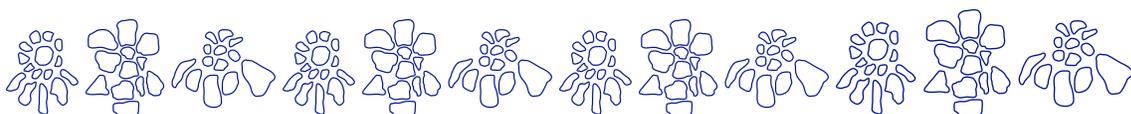


anos guardado naquele solo sagrado, foi brutalmente destruído, seu povo jogado na rua sem ter para onde ir, as crianças, os idosos, os bichos de estimação. Sob alegação de risco de fortes chuvas na região, a municipalidade agenciou um caso grave de racismo ambiental. Sem seu território, Mãe Zana e sua família foram acolhidos por amigos e outras autoridades tradicionais e suas comunidades na cidade. Como não desistiu da luta, continuou a juntar provas e buscar apoio para a reparação e garantia de seus direitos e de seu povo, mas toda a pressa em retirar a comunidade da área em questão não passou de uma objetiva ação racista e tentativa de opressão. Não houve nenhum cuidado ou planejamento estratégico para garantir os direitos dos que ali estavam, pois mais de um ano após a demolição, a obra que objetiva a canalização do córrego do Cadaval para implantação de via expressa está paralisada, largada, e quem está a sofrer com tudo isso são os moradores da cidade, pois no local é visível a inconformidade e incompatibilidade da ação ali executada, com a real necessidade daquele lugar.

A título de reestruturação e reurbanização, a situação é na verdade de calamidade pública, inclusive facilmente se encontram nas redes sociais dezenas de denúncias pelo descaso, incompetência técnica dos atores envolvidos, enchentes em incidência de crescimento na região. Além disso, em mais uma das tentativas de apagamento da presença do território tradicional no local, o ente público municipal arrastou por toda a extensão da obra de canalização os resquícios dos assentamentos, que hoje se encontram por todo lugar. Houve tentativa de resgatar algumas peças, mas mesmo com a solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o governo local não permitiu o acesso pela equipe de técnicos em patrimônio e arqueologia.³ A cada ação de Mãe Zana, há uma investida no cerceamento de seus direitos como: ir e vir, liberdade de expressão, perseguição política em seu ambiente de trabalho, além da destruição de seus bens em várias ações subsequentes impetradas pelo governo local.

O caso do Ilê, que jamais deve ser esquecido, tornou-se paradigmático do racismo do poder público com relação aos povos de matriz africana. Sua destruição atingiu muitos vínculos afetivos, laços de sociabilidade, acolhimento de mulheres e crianças, formação de jovens e

³ Importante destacar que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo submeteu agravo de instrumento ao processo nº1011268-75.2022.8.26.0127, contra a liminar que autorizava a demolição no território, mas a decisão favorável do segundo grau, que impedia a demolição, processo nº 2276130-47.2022.8.26.0000, saiu somente após a demolição ter sido efetivada, restando seus direitos gravemente violados.

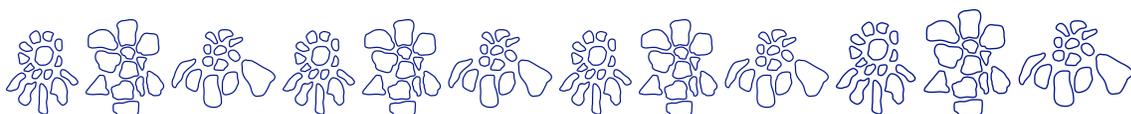


adultos, programas de distribuição de alimentos, festas e rituais tradicionais, que deixaram de existir por falta do “barracão”, como o terreiro é chamado. As ruínas do Ilê também escondem as numerosas alegrias do “fazer parte” do terreiro, dos encontros sempre generosos e carinhosos. Parte da atuação de sua Yalorixá tem sido na sensibilização e mobilização de laboratórios e grupos de pesquisa sediados em instituições de ensino superior da região, de modo a fundamentar parte de sua atuação no Judiciário e Legislativo, além de promover maior conhecimento e reconhecimento sobre o Ilê Asé Odé Ibualamo e demais terreiros e unidades territoriais tradicionais da cidade. Dentro desse escopo, Mãe Zana coordenou, junto a Glória Kok e Amália dos Santos, professoras e pesquisadoras da Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o projeto de pesquisa e extensão⁴ anteriormente mencionado, realizado entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, tendo como produto de difusão o site *Frente Ilê Odé Ibualamo* (em referência ao coletivo homônimo, formado no final de 2022 e reunido em torno das lutas organizadas pela Yalorixá).⁵

De modo geral, a pesquisa estruturou-se em torno de atividades de campo, desdobradas em ações específicas, detalhadas a seguir. O trabalho de campo é um método da Antropologia que foi sistematizado inicialmente pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski, em sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, originalmente publicada em 1922. Para ele, o antropólogo deveria se colocar em campo como um “observador-participante” e registrar em diário todas as informações cotidianas e relevantes sobre os grupos. Desse diário, resultam os documentos etnográficos que vão servir de base para a reflexão. Aprimorando a investigação, o antropólogo Hélio Silva, no artigo “A situação etnográfica: andar e ver”, faz uma análise dos três fluxos interrelacionados da etnografia (situar-se, observar e descrever), que podem se converter em atividades sincrônicas (andar, ver, escrever), que sofrem e exercem influências recíprocas (SILVA, 2009, p. 14). Nesse sentido, viabiliza a articulação entre conhecimentos acadêmicos e comunitários, entre a equipe de pesquisadores e os agentes locais, problematizando as hierarquizações modernas entre saberes.

⁴ Além de Mãe Zana, Glória Kok e Amália dos Santos, coordenadoras, a equipe original do projeto era composta por Ofacilomy (Bryan William Oliveira de Almeida, próximo Babalorixá do terreiro e filho de Mãe Zana), o Ogan do terreiro (Danilo Oliveira Bomfim), Sarah Rodrigues da Silva (então estudante de pós-graduação da Escola da Cidade, atuando como pesquisadora), Anna Beatriz Ayroza Galvão (responsável técnica pelo projeto), Júlia Dantas Deccó e Laura Leal Costacurta Ferrarezi (estudantes de graduação da Escola da Cidade e estagiárias da pesquisa). Ao longo do processo de realização, Mãe Zana trouxe para participação outras pessoas da comunidade do Ilê, além de interlocutores de outros terreiros da cidade e da região e integrantes de movimentos sociais e mandatos.

⁵ Disponível em: <<https://ileodecau.wixsite.com/frenteileode>>. Acesso em: 8 Maio 2024.



A apresentação compreende os três aspectos centrais do projeto de pesquisa, que buscam fundamentar questões acerca da patrimonialização de manifestações culturais de povos de matriz africana. O primeiro diz respeito aos parâmetros metodológicos principais empregados, baseados no trabalho de campo e em princípios contemporâneos da história oral, afinados com um horizonte de democratização da produção historiográfica. O segundo e terceiro aspectos referem-se a atividades propostas com a finalidade de produzir documentações sobre a história e a materialidade da comunidade, aprofundando as relações de troca e reconhecimento: trata-se da dinâmica de arquivo informal e da produção coletiva de maquete. A partir desses elementos e do diálogo entre equipe de pesquisa e comunidade detentora, buscou-se contribuir com a construção – colaborativa e democrática – de léxicos patrimoniais afinados com arquiteturas e configurações urbanas vernaculares e originárias de epistemologias não euro-cristãs.

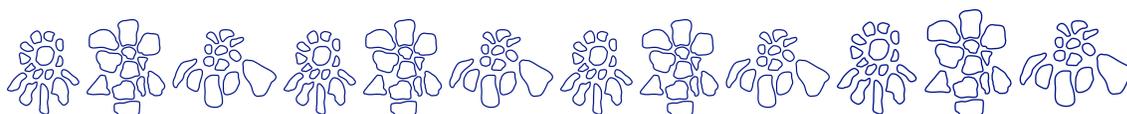
PARTE 1 – PARÂMETROS METODOLÓGICOS: CAMPO, ORALIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO

“Preservar os vivos, os rios, o que está lá – é preservar a memória.” Essa frase de Mãe Zana, registrada a partir de conversa informal entre as autoras deste artigo,⁶ marca e sintetiza importantes aspectos do trabalho que vem sendo realizado em parceria entre a comunidade do Ilê Asé Odé Ibulamo e pesquisadoras vinculadas à Escola da Cidade, de forma geral e no projeto supracitado em particular. O encontro inicial deu-se nos primeiros meses de 2022, por intermédio do colega Luis Octávio de Faria e Silva, também professor e pesquisador da instituição de ensino, com vistas à possibilidade de estabelecimento de projetos com comunidades de terreiro de Carapicuíba, incluindo levantamento sistemático das unidades territoriais tradicionais (UTT) relacionadas aos povos de matriz africana no município.

No decorrer do ano, com a intensificação das ameaças ao Ilê e posteriormente sua destruição material, o engajamento das pesquisadoras passou também a abranger aspectos da luta política da comunidade.⁷ Foi um percurso de cerca de um ano de aproximação, diálogo, escuta

⁶ Reunião online realizada em 11 de abril de 2024, com participação de Amália, Glória e Mãe Zana, na qual foram discutidos aspectos do presente texto.

⁷ Destacamos a participação na elaboração de carta e abaixo-assinado para preservação do terreiro, na configuração da Frente Ilê Odé Ibulamo (grupo que reúne agentes do território, do meio acadêmico, do poder judiciário e outros), na construção das redes sociais da mobilização e na presença em eventos variados.



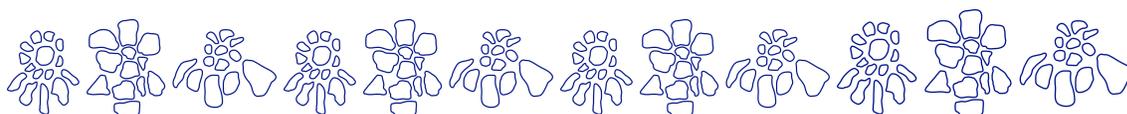
e atuação, que permitiu que fosse erigido o projeto de pesquisa que fundamenta a comunicação presente. Em todo esse caminho, foi consolidando-se a ideia de que qualquer investigação acadêmica deveria partir dos “vivos”, do “que está lá”, como afirma a Yalorixá, num trabalho *com* a comunidade – e não *sobre* ela. No campo da história pública, esse debate vem sendo feito com ênfase nas pesquisas localizadas no escopo da história oral. Em obra lançada há mais de três décadas, Michael Frisch (1990) veiculou a noção de *shared authority* – ou *autoridade compartilhada* –, que retoma na coletânea de artigos *História pública no Brasil: sentidos e itinerários* (MAUAD, ALMEIDA, SANTHIAGO, 2016), que reúne comunicações dos dois primeiros simpósios organizados pela Rede Brasileira de História Pública (RBHP), fundada no início dos anos 2010.

Segundo Frisch, a *autoridade compartilhada* é uma orientação fundante do processo de pesquisa, segundo a qual se encontram “*expertise* e experiência” (FRISCH, 2016, p. 62), ou seja, especialistas e comunidades detentoras, em termos que nos aproximam dos debates correntes nos terrenos do patrimônio e da museologia. O historiador ressalta que não se trata de conceder àqueles externos à academia alguma autoridade sobre pesquisas em que eles figuram como temas ou objetos, e sim defender que esteja na fundamentação da história oral e da história pública um equilíbrio entre os saberes de ambos esses grupos: sem qualquer um desses agentes – individuais ou coletivos – não haveria pesquisa efetivamente nesses campos. Frisch opõe-se ainda à ideia comum de que a história oral “dá voz a quem não tem”, que seria apenas outro modo de concessão, em vez do reconhecimento da legitimidade de grupos subalternizados como produtores e agenciadores de conhecimento.⁸

Essas reflexões vão no sentido do que Paul Thompson denomina como viés democratizador dos projetos de história oral, que se exprime em dois sentidos. Primeiro, ao possibilitar que os registros utilizados como fonte na pesquisa histórica sejam também aqueles criados a partir de grupos marginalizados:

(...) as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso

⁸ Sobre esse tema, vale revisitar o texto de Gayatri Spivak, “Pode o subalterno falar?”, lançado originalmente em 1985. No Brasil, encontra-se publicado no livro homônimo (SPIVAK, 2018).



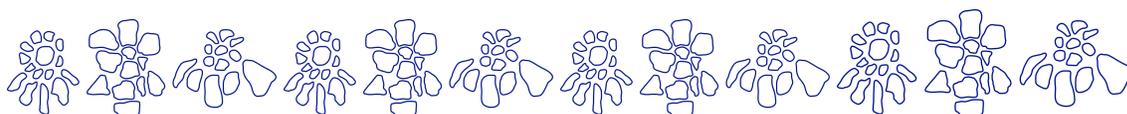
radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992 [1978], 26).

Segundo, o caráter colaborativo dessa metodologia – ou a “natureza essencialmente criativa e cooperativa”, nas palavras de Thompson (1992 [1978], p. 29) – propicia o encontro de pessoas que, de outra forma, teriam pouca ou nenhuma chance de se conhecerem. O historiador descreve as possibilidades de diversidade nas relações entre agentes distintos em um projeto em história oral e destaca o impacto dessa característica em uma relação específica: entre comunidades internas e externas ao meio acadêmico e às instituições de ensino e pesquisa. Dessa forma, rompe-se também com o formato comum de articulação entre essas duas comunidades, tradicionalmente na chave da hierarquização, em que pesquisadores e pesquisadoras detêm o comando das ações de produção de conhecimento e grupos externos servem como meros objetos de pesquisa.

Mesmo o campo institucional e disciplinar da produção historiográfica transforma-se nesses processos. Para Michael Frisch, as entrevistas conduzidas em projetos de história oral não produzem apenas outra fonte que sirva para corroborar a história construída a partir de documentação escrita e oficial, tampouco seriam uma espécie de “voz do povo”, que prescindiria do trabalho de pesquisa para ganhar significado. Ponderando entre esses extremos, o historiador sublinha a “importância de um entendimento mais dialógico da entrevista, do discurso histórico, e da própria confecção da história” (FRISCH, 2016, 59-60), em que tanto a comunidade detentora quanto a comunidade acadêmica possuem autoridade e valor dentro desse processo, partindo de localizações e práticas distintas.

Subvertendo o sentido comum entre academia e população leiga, segundo o qual o conhecimento parte da primeira e é absorvido pela segunda, cada qual com uma função específica, hierárquica, imutável e não intercambiável, Paul Thompson conclui que uma das particularidades da história oral é que “o historiador [ou historiadora] vem para a entrevista para aprender” (THOMPSON, 1992 [1978], p. 32), seja pela diferença social entre interlocutores, com distintas experiências de vida, seja pela disparidade etária, que torna a pessoa entrevistada uma depositária de saberes.

Além das transformações para a comunidade acadêmica, a pesquisa em história oral propaga mudanças nas comunidades externas à universidade e na própria relação entre esses dois

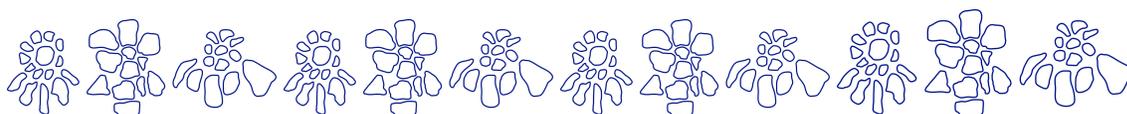


mundos. De acordo com Elaine Monteiro,⁹ a “construção partilhada” – que ela sintetiza como “*fazer com, em diferença*” – coloca no horizonte a possibilidade de “criação de novas comunidades epistêmicas” (MONTEIRO, 2016, p. 74, grifos da autora). Baseando-se em Paulo Freire, a educadora enquadra sua experiência de extensão relacionada à história oral como “educação dialógica, concebida não mais como simples extensão do conhecimento, mas como comunicação entre sujeitos de conhecimento” (MONTEIRO, 2016, p. 77). Nesse sentido, a pesquisadora aproxima-se de Paul Thompson, que descreve a história oral como prática e metodologia em que a colaboração entre comunidade acadêmica e comunidade detentora produz história e, ao mesmo tempo, produz novas e novos historiadores entre grupos subalternizados, habitualmente ausentes dos espaços institucionais de criação e difusão de saber.

Um dos aspectos da produção de conhecimento histórico por meio de entrevistas é a atribuição de legitimidade, e até centralidade, ao discurso falado. A oralidade, além de suplantando lacunas da documentação formal – ou “(...) fazer elos de ligação numa história fragmentada”, segundo Beatriz Nascimento (GERBER, 1989) –, privilegia cosmovisões e epistemologias para as quais “oralitura” e “afrografias” (MARTINS, 2021) são historicamente centrais, em detrimento da relevância da palavra escrita. O método de entrevistas foi especialmente influenciado pelos conceitos e procedimentos formulados pelo Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), onde uma das pesquisadoras fez um curso de formação (ver MEIHY, 2005). A realização das entrevistas permitiu a emersão de memórias do Ilê Asé Odé Ibualamo, desde o período de sua fundação por Dona Marina (mãe biológica da atual Yalorixá, também conhecida como Mãe Nega), no final da década de 1980, até o tempo de Mãe Zana de Odé, de 1997 até 2022, quando o terreiro foi completamente destruído pela Prefeitura.

Consideramos as entrevistas como um processo de elaboração de memórias e narrativas, e não como mero registro de lembranças prontas, o que implica em trabalho ativo das pessoas “rememorantes”. No projeto, todas as interlocuções foram realizadas com mais de uma pessoa da comunidade e foram frequentes os diálogos entre pessoas que viveram as mesmas

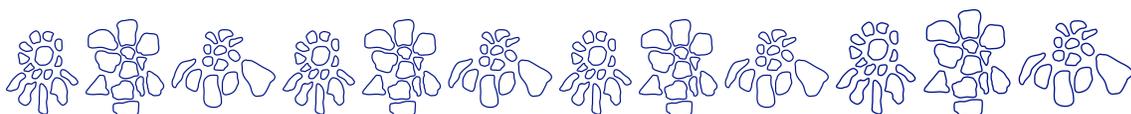
⁹ A educadora Elaine Monteiro coordena o projeto de pesquisa Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)..



situações, de modo que elas próprias estabeleciam conferências e acordos em torno de suas reminiscências. Esse procedimento acontecia principalmente na rememoração de datas e nomes, quase como um recurso que suplantasse a ausência de registros formais aos quais fosse possível recorrer.

Foi o caso do ano da primeira enchente que atingiu o Ilê: em entrevista com Mãe Zana e Mãe Iraldes, realizada março de 2023, houve a indicação de que essa ocorrência teria sido em 2002; já na interlocução com a Yalorixá e Dona Sueli, Yabassê de seu terreiro, a cheia relacionada às obras de canalização do córrego do Cadaval foi remetida a 2012, com auxílio ainda das lembranças de Bryan, herdeiro do Ilê, então criança. Ao fim, essa foi a data registrada no texto final do site produzido pelo projeto. Como procedimento metodológico, vale ressaltar a possibilidade de cruzar as informações memorialísticas com periódicos e documentação de órgãos como a Defesa Civil, determinando assim com maior precisão o período de ocorrência do fato e abrindo perspectivas de construir outras relações em relação ao acontecimento e às transformações urbanísticas da região.

À condição de operação ativa da feitura e comunicação de lembranças, Ecléa Bosi dá o nome de “memória-trabalho”, ponderando também sobre suas eventuais lacunas e imprecisões frente ao apagamento histórico e historiográfico ao qual certas populações são sistematicamente submetidas: “A veracidade do narrador não nos preocupou [em sua pesquisa]: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial” (BOSI, 1994, p. 37). Em conferência realizada no Brasil em 1987, Michael Pollak afirmou, sobre o processo de construção da memória: “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de uma verdadeira organização” (POLLAK, 1992, p. 204). Para o sociólogo, essa operação relaciona-se intrinsecamente à formação de identidade, ou seja, à inserção de indivíduos em um coletivo a partir do reconhecimento de pertencas comuns. Os limites sociais, políticos, históricos e de experiência dentro dos quais um indivíduo constitui sua memória são o “*trabalho de enquadramento da memória*” (POLLAK, 1992, p. 206, grifos do autor). Na sessão de perguntas do mesmo evento, Pollak foi questionado sobre as críticas em relação à falibilidade da lembrança, ao que anotou: “Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (POLLAK, 1992, p. 207).



Ainda sobre as relações entre oralidade e escrita, o processamento do material registrado nas entrevistas e outras atividades tomou como parâmetro central a legitimidade da fala, tanto em seu conteúdo como em seu formato, gestos, ritmos e particularidades herdadas da tradição formativa de grupos específicos da sociedade brasileira. Em parte, essa operação alinha-se à consideração de Lélia Gonzalez sobre a “marca de africanização do português falado no Brasil (...)”. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo”, isto é, aquilo que a pensadora chama de “pretuguês” (2020, p. 128). Assim, a transcrição e textualização dos áudios gravados nas atividades da pesquisa privilegiou o registro das opções linguísticas das pessoas interlocutoras, em detrimento da prática – comum e embranquecedora – de promover correções ortográficas e gramaticais, adequando a fala ao português formal. Como exemplos, seguem abaixo registros transcritos de trechos ditos por Dona Sueli e Bryan, respectivamente (entrevista realizada em 26 de outubro de 2023 e áudio enviado ao grupo de comunicação da pesquisa em 29 de janeiro de 2024, ambas incluídas no texto final do site):

Eu tava triste ia pra lá, eu tava contente eu ia pra lá, era casa acolhedora, não só pra mim, mas pra todo mundo, pra todos filhos. Minha vida era ali dentro daquele barracão. A gente perdeu um vínculo muito grande que era a nossa casa, né? Então sempre eu tô falando pros meninos, sinto muita falta, muita falta de tudo e de todos que a gente tinha ali dentro. E era assim, era uma casa de alegria, porque quem chegava triste lá saía rindo, saía contente, saía alimentado.

Nessa foto aqui, era Mãe Pequena. Era a Mãe Pequena da casa, minha avó, que faleceu, e ao lado dela é a laô de Obá, que tava ajudando nas comidas. Nessa foto, eu acho muito interessante porque é bem notável a felicidade delas. A minha avó, que era Mãe Pequena da casa, toda vez que era pra fazer qualquer ação beneficente – tanto a Feijoada, tanto a Cura das crianças – mostra aí. Eu lembro que eu tirei essa foto e eu tirei porque elas estavam rindo tanto, conversando tanto... E bem entrosadas, assim, com o que tava acontecendo. Então é notável ver aí estampado no sorriso delas a felicidade de tá usando a comunidade, tá alimentando os povos.

Questão semelhante foi levantada recentemente no processo de reedição e publicação das obras de Carolina Maria de Jesus, realizada pela Companhia das Letras a partir de 2021. Para o empreendimento, foi reunido um conselho editorial formado por Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, por Conceição Evaristo e pelas pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernández. Em nota que compõe o primeiro livro lançado, *Casa de Alvenaria – Volume 1: Osasco*, o conselho assinala a opção por “manter todas as grafias destoantes dos dicionários do início da década de 1960, quando o livro foi



escrito”. A escolha objetivou “resguardar a integridade da voz e da escrita de Carolina, (...) [e] conserva[r] toda a diversidade de registros presentes nos manuscritos, considerando-os marcas autorais imprescindíveis para a adequada recepção de sua obra” (NOTA SOBRE ESTA EDIÇÃO, 2021, p. 7). Da mesma forma, compreendemos a linguagem como produtora e comunicadora de saberes específicos relacionados à performance corporal e à oralidade, desconsiderando assim as divergências da coloquialidade em relação à norma culta como erros, desvios ou incompletudes.

PARTE 2 – SISTEMATIZAÇÃO DE REGISTROS EXISTENTES: “ARQUIVO INFORMAL”

As limitações, vieses e violências da documentação formal, oficial e especialmente escrita vêm sendo debatidas no campo disciplinar da História há aproximadamente um século, considerando os questionamentos provenientes da Escola dos *Annales*. No recorte aqui proposto, apontaremos apenas alguns caminhos, trilhados nas últimas décadas, no cenário brasileiro e internacional. Ao buscar o cotidiano das mulheres da cidade de São Paulo oitocentista, Maria Odila Dias depara-se com as “limitações das fontes escritas” (1984, p. 32), que pouco ou nada forneciam acerca das vozes, das redes de vizinhança e dos trânsitos delas por ruas, praças, margens de rios e chafarizes do tecido urbano. Essas personagens e seus territórios são entrevistados na documentação apenas “de forma necessariamente tangencial e indireta” (DIAS, 1984, p. 32), surgindo em retalhos e fragmentos, para os quais não raro faltam meios de ligação. Muitas vezes, aparecem pontualmente em momentos de conflito direto com agentes da municipalidade e nunca mais retornam às tintas dos registros oficiais, deixando perguntas não respondidas e continuidades desfeitas, bem como uma representação enviesada e extremamente limitada de suas vidas.

Saidiya Hartman, pesquisadora negra estadunidense vem desenvolvendo nos últimos anos métodos e experimentações de pesquisa e narrativa que buscam enfrentar a condição invisibilizadora dos registros documentais, de modo a construir “uma história fundamentada na impossibilidade – de escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas – e decidida a reparar a violência que produziu números, códigos e fragmentos de discurso” (HARTMAN, 2021, p. 108), em direção à perspectiva de configurar biografias de pessoas negras, escravizadas e desqualificadas socialmente: “a vida dos sem nome e dos esquecidos” (HARTMAN, 2021, p. 109). O que vemos no caso do Ilê é o próprio processo de

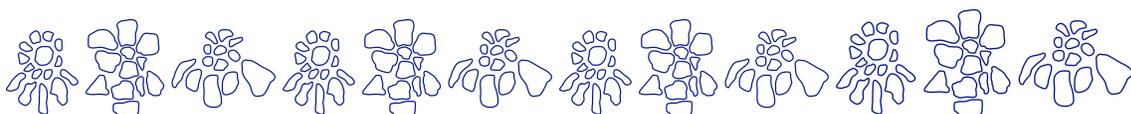


apagamento, silenciamento e “esquecimento”, por meio de ações diretas que atingem sua materialidade, as subjetividades de sua comunidade e as possibilidades de criação e manutenção de registros de sua existência e passado.

É também na chave da impossibilidade que o historiador indiano Dipesh Chakrabarty encara seu próprio projeto de retirar a Europa – ou a cultura e ideologia euro-cristã – do centro da construção historiográfica, que subjuga demais grupos sociais e territórios ao eterno lugar de inadequação ou transição incompleta. Para isso, defende “inscrever na história da modernidade as ambivalências, as contradições, o uso da força e as tragédias e ironias que a caracterizaram” (CHAKRABARTY, 2021, p. 271) – comentário que podemos associar também às lacunas documentais em relação aos grupos subalternizados. A maior parte dos registros referentes às atividades cotidianas, sociais e religiosas do terreiro, assim como de suas edificações e naturezas, se perdeu com a destruição sofrida. Fotos e documentos foram soterrados, rasgados e esfacelados pelas máquinas, tornando-se parte do entulho das obras. Algumas fotografias chegaram a ser encontradas por pessoas em situação de rua, que entraram no terreno após a demolição, e esses itens acabaram sendo entregues a Mãe Zana posteriormente, por meio de uma vizinha.

O material, em péssimo estado de conservação, com sinais de umidade e partes desintegradas, passará por processos de recuperação, oferecidos por profissionais de arquivística e museologia, em parceria com a comunidade do Ilê. Mas grande parte dos pertences físicos do terreiro desapareceu sem retorno. Além dos recorrentes ataques a terreiros e outros locais de cultos da população de matriz africana, essa situação não é incomum para muitas outras famílias brasileiras, habitantes de regiões sujeitas a alagamentos e de casas sem documentação legal, que passam por reintegrações de posse, enchentes, incêndios e outras adversidades, indissociáveis do modelo de ocupação e planejamento das nossas cidades.

Seria equivocados dizer que esses grupos – pessoas negras, pobres, periféricas – não têm costume de constituir seus acervos pessoais, familiares ou comunitários. A título de exemplo, citamos ações recentes que trouxeram à luz conjuntos fotográficos produzidos e salvaguardados por pessoas negras na segunda metade do século XX, como o projeto



Retratistas do Morro,¹⁰ que promoveu o levantamento, tratamento e exposição de fotografias realizadas por fotógrafos que trabalhavam e moravam no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte durante décadas, e a série Olhares Negros,¹¹ composta por vídeos de cerca de um minuto, em que a câmera se movimenta transitando por fotografias de acervos particulares enquanto se ouve, em off, uma pessoa presente na foto, narrando episódios, sentimentos, detalhes e descrições relacionadas às imagens ou suscitadas por elas.

No caso do Ilê Asé Odé Ibualamo, a preocupação na constituição de acervos próprios ficou evidente quando foi realizada a atividade nomeada “dinâmica de arquivo informal”, em que as pesquisadoras solicitaram aos agentes da comunidade que trouxessem materiais considerados significativos do Ilê para operarem como suportes de memória e registro material. A ação busca possibilidades de enfrentamento do conflito entre a formalização dos acervos e o reconhecimento dos arquivos comunitários como fontes legítimas de representação e baseia-se na noção de “arquivos informais”. Originalmente proposta por Adam Auerbach, a prática relaciona-se a “(...) coleções não mapeadas e não sistematizadas de materiais guardados por indivíduos ou grupos nas áreas estudadas” (AUERBACH, 2018, p. 345), referindo-se a favelas na Índia. Além da ausência de fontes em instituições formais sobre grupos subalternizados, ele indica também a fragilidade da história oral nesses casos, em função da grande mobilidade dessas populações, seja por motivações próprias, seja pelo uso de força das autoridades, como foi o caso do Ilê Asé Odé Ibualamo.

Na ocasião, Mãe Zana, Bryan e Danilo trouxeram uma caixa com centenas de documentos, referentes à organização das atividades coletivas, à redação e proposição de políticas públicas de segurança alimentar e, especialmente, à distribuição de cestas básicas, importante ação regular da rede de terreiros de Carapicuíba, na qual a Yalorixá é figura central. A comunidade apresentou extenso conjunto documental salvaguardado, que inclui: registros de famílias atendidas por programas voltados à segurança alimentar; cartazes de eventos, especialmente relacionados à organização dos povos de matriz africana; fotografias; desenhos; e até diversos papéis com anotações manuscritas feitas por Mãe Zana e pessoas próximas, em reuniões e individualmente. O ato sistemático de recolher e armazenar esses registros – com especial atenção para a inclusão dos bilhetes anotados nesse conjunto – remete à função das coleções

¹⁰ Retratistas do Morro. Disponível em: <www.instagram.com/retratistasdomorro>. Acesso em: 9 Maio 2024.

¹¹ Olhares Negros. Disponível em: <www.instagram.com/olhares.negros>. Acesso em: 9 Maio 2024.



particulares como “suporte de interação” e sua vocação para o espaço público, nos termos definidos por Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 97).

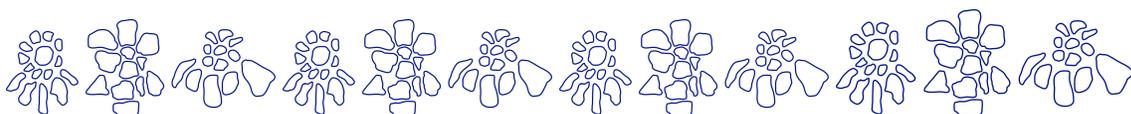
O caráter espoliador dos museus ocidentais desde sua formação, marcadamente a partir de princípios iluministas do século XVIII e dos movimentos colonialistas e imperialistas e das teorias raciais pseudocientíficas do século XIX, é condição atualmente pouco disputada, inclusive no caso de ex-colônias (ver SUANO, 1986; MENESES, 1993; AZOULAY, 2019; SANTOS, 2022; VERGÈS, 2023). No entanto, são poucas as iniciativas que enfrentam diretamente a condição violenta de acervamento e exposição, sublinhada tanto por intelectuais do meio quanto por agentes de movimentos indígenas e afro-brasileiros. Françoise Vergès, em publicação recente, faz uso da mesma imagem assinalada por Mãe Zana em relação aos receios sobre a ação museológica e suas interdições: “O museu é um grande túmulo onde mortos anônimos permanecem insepultos” (VERGÈS, 2023, p. 33). A dinâmica de “arquivo informal” realizada com e pela comunidade do Ilê Asé Odé Ibualamo mostrou a necessidade de ampliação de programas colaborativos entre grupos organizados, meio acadêmico e entidades museais e arquivísticas, de modo a fomentar a proteção desses acervos particulares e coletivos, reconhecendo sua relevância, sem contudo extraí-los de seus contextos de significação e uso.

Considerações semelhantes têm sido feitas em relação à patrimonialização de referências culturais e materialidades das chamadas comunidades tradicionais, o que reforça a necessidade de estabelecer procedimentos que garantam maior autonomia dos próprios grupos sociais nos processos articulados ao campo institucional de preservação cultural, tal como a Portaria do IPHAN n. 135, de 20 de novembro de 2023, que regulamenta o tombamento de lugares relacionados a antigos quilombos.¹² A nova normativa estabelece maior protagonismo para as comunidades detentoras e descreve processos colaborativos de mapeamento das reminiscências materiais e de decisão sobre seu tombamento.

Como continuidade e fora do tempo do projeto formalizado, a equipe de pesquisa previu a realização de oficinas de formação com a comunidade detentora, para apresentação de procedimentos de sistematização de material em acervo, definição de descritores para fichas

¹² Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-iphan-n-135-de-20-de-novembro-de-2023-524245835>>. Acesso em: 5 Abril 2024.



catalográficas, armazenamento em receptáculos adequados para conservação e outros procedimentos. Em contrapartida, essas atividades teriam caráter de aprofundamento na exibição dos documentos produzidos e guardados pelo coletivo, sensibilizando e ensinando pesquisadoras e pesquisadores sobre contextos, ações, registros e significados das atividades desempenhadas no Ilê e por sua rede de relações.

PARTE 3 – RECUPERAÇÃO DA MATERIALIDADE: MAQUETE COLABORATIVA

Um dos principais desafios de registro e reflexão enfrentados pela pesquisa era justamente o conflito entre os formatos existentes de patrimonialização e a destruição material do terreiro, realizada pela Prefeitura Municipal de Carapicuíba em 15 de dezembro de 2022 – e seguida de ações subsequentes que consolidaram esse primeiro movimento. Assim como diversos terreiros, quintais, quilombos e outros espaços produzidos e vividos por povos de matriz africana, o Ilê Asé Odé Ibualamo enfrentou uma série de violências, resultando na demolição completa de tudo aquilo havia sido construída acima do solo por sua comunidade, ao longo de décadas. A terra foi também revirada, deslocando assentamentos existentes e impedindo que a comunidade conseguisse resgatá-los. Essas perseguições são parte de sua história, ainda que a resistência não seja o único elemento que configura esses espaços, marcados pela criação, pela alegria, pelo apoio mútuo e pela religiosidade.

A produção de maquete do terreiro destruído foi atividade projetada para registro da materialidade hoje inexistente.¹³ Ainda que estivesse presente desde o projeto original, o formato final da ação foi definido de maneira cooperativa entre pesquisadoras e agentes da comunidade, em relação a local, participantes, materiais, uso do tempo e condução da atividade. Além disso, a atividade mostrou-se importante disparador de memórias. Inicialmente, a Yalorixá narrou e desenhou em papel a configuração original do terreiro, datada dos anos 1980 e 1990, partindo da vizinhança imediata e descrevendo desde a entrada do complexo até os fundos. Enquanto representava graficamente o terreiro, Mãe Zana de Odé e demais participantes contavam histórias do cotidiano da comunidade, rememorando práticas, espaços, pessoas, acontecimentos específicos, materiais, dimensões e outros elementos pertinentes. Seguindo sugestão da própria Yalorixá, as pesquisadoras trouxeram argila, que foi usada pelos

¹³ Todas as falas citadas neste trecho do artigo referem-se à atividade ocorrida em 16 de novembro de 2023.



agentes da comunidade para produzir pequenas esculturas dos orixás, representando os orixás da casa e retomando o costume comum de produção de ornamentações e pinturas do Ilê.

Parte da proposta deste projeto era enfrentar diretamente a violência simbólica da falta de documentação e registro de populações que vivem muitas vezes na chamada “informalidade” – com especial atenção às consequências para os processos de patrimonialização. Como forma de documentar as edificações produzidas pela comunidade do terreiro e as técnicas utilizadas, em seu diálogo com as contingências impostas pelo Estado, pela polícia e por outros grupos sociais, foi realizado um processo de reconstituição da materialidade a partir de conversas, retomada de memórias, reunião de fotos e feitura de desenhos e uma maquete. Essa atividade aconteceu principalmente em uma oficina que aconteceu na varanda da casa de Dona Sueli, última Yabassê do Ilê, com a participação também de Mãe Zana, neto e neta de Sueli, Tomaz e Derick (Filhos de Santo do terreiro) e as pesquisadoras da equipe do projeto, Glória, Amália e Sarah.

Na ocasião, foram levados materiais de papelaria (base de isopor, papel crepom, papel triplex, tintas acrílicas, papel sulfite, lápis de cor, pincéis e outros) para darem suporte à criação. A pedido de Mãe Zana, foram disponibilizados também pacotes de argila que, em princípio, serviriam para fazer paredes e representações dos orixás, mas acabaram sendo usados apenas para esse último fim, já que as paredes ficavam pesadas demais. Mãe Zana e Sueli trouxeram também outros materiais, como palhas e búzios, que faziam parte das pequenas esculturas de argila que representavam cada orixá.

Os materiais foram dispostos em mesas, e a oficina começou com Mãe Zana desenhando a lápis uma folha de papel, enquanto rememorava as configurações espaciais, materiais e paisagísticas que o terreiro teve, desde sua fundação, sob gestão de Mãe Nega, até o momento da destruição. A Yalorixá distinguiu duas configurações principais, construindo assim uma cronologia material do Ilê, marcada pela articulação entre a hierarquia da casa e as intervenções do poder público: a primeira vai até o período entre o falecimento de Dona Nega (final dos anos 1990) e o início das obras públicas na região; e a segunda define-se a partir de meados da década seguinte. Assim, Mãe Zana desenhou as duas versões em papéis diferentes, indicando os elementos de mudança. Não foram usados instrumentos de escala ou desenho geométrico, valorizando a representação construída pela Yalorixá e Filhos de Santo



do terreiro, em que as variações no tamanho dos elementos representados e na sua posição nas folhas indicavam ênfases, significados e relações sociais com a vizinhança. Importante ressaltar que não há nenhum outro registro formal do terreiro, como planta-baixa, desenho de loteamento ou escritura do imóvel.

Boa parte das memórias que permitiam descrever os espaços, lembrar as localizações de elementos e registrá-los em desenhos referiam-se a histórias vividas no terreiro, seja em eventos específicos – como as festas –, seja em momentos cotidianos. Mãe Zana, ao desenhar a vegetação existente, disse: “Eu lembro do pé de banana porque eu botei o periquito do Danilo aqui e morreu”, ativando a lembrança, hoje calorosa, do convívio naquele espaço. A configuração da memória, enquanto fenômeno coletivo, é associada por inúmeros pesquisadores do campo à materialidade, seja de objetos com os quais pessoas ou grupos organizam seu entorno imediato, seja de espacialidades e lugares. Para Maurice Halbwachs, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990 [1950], p. 143), de modo que esse aparece como um dos elementos primordiais do processo de rememoração. Como visto nas entrevistas e especialmente na produção coletiva da maquete do terreiro, retomar a vivência nos espaços aciona lembranças que permitem reconstituir a fábrica do cotidiano, dos laços afetivos, das festas e de acontecimentos específicos da comunidade. Na mesma medida em que a materialidade pode garantir “permanência e estabilidade” como referencial das práticas sociais e da memória, sua extinção é causa de distúrbios:

(...) quando algum acontecimento nos obriga também a nos transportarmos para um novo entorno material, antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssimos deixado para trás toda a nossa personalidade (...) (HALBWACHS, 1990 [1950], p. 131).

Os processos de destruição, tal como vivido pela comunidade do Ilê Asé Odé Ibulamo, remetem-nos às considerações de Pierre Nora acerca do esfacelamento dos meios orgânicos e espontâneos de produção e transmissão de memória, do que surge a demanda pela configuração de “lugares de memória” (1993). O historiador destaca a raridade da “memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação” (NORA, 1993, p. 14). Navegando territórios afins, Ailton Krenak defende a ideia do “corpo de memória”, ou da rememoração encorpada, como contraposição ao vazio e desaparecimento material (VIGÍLIA DA ORALIDADE, 2023). Em seminário realizado no Museu da Pessoa em 2003, o filósofo e



intelectual indígena aproxima-se de Beatriz Nascimento e dá pistas sobre as razões desse esvaziamento:

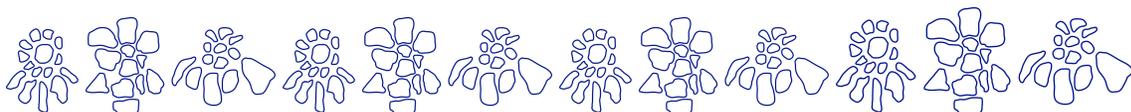
Uma atitude que tenho é a de eleger como prioridade para o meu trabalho a junção do que nós poderíamos chamar de “cacos”, no sentido de *fragmentos* da história e da memória de uma pequena tribo que, por um tempo, foi total no sentido de auto-conhecimento, de saber tudo sobre si mesma, de viver em comunidade e de compartilhar de uma mesma visão do mundo. *Depois que os brancos chegaram, foi quebrada essa unidade que a nossa memória nos possibilitava* (KRENAK, 2006, p. 52, grifos das autoras).

A narrativa apresentada por Krenak aproxima-se das ações destrutivas às quais o terreiro de Mãe Zana foi submetido pela via do colonialismo e da colonialidade, intrínsecos a ambos os movimentos descritos. Em comum, esses processos têm também a condição de permanecerem longamente obliterados nas histórias oficiais, compondo o que Paul Thompson define como “esferas ocultas” (2006), associadas no campo da história oral às “memória subterrâneas”, muitas vezes mantidas em silêncio por questões emocionais ou políticas.

Para trazer à tona memórias que, de outra forma, se destinariam ao esquecimento e ao apagamento, fotografias e objetos remanescentes mostraram-se importantes suportes de fixação. As fotos ainda existentes – espalhadas entre integrantes da comunidade e sua rede, em formatos físicos e digitais – contribuíram para complementar a descrição das áreas do conjunto edificado, como se vê na fala de Mãe Zana:

Aqui era a porta da cozinha, descia uma escadinha assim, ó, aí tinha a área aqui. E a área aqui tinha uma outra escadinha aqui, com um portão que dava pra viela. Lembra? Tem uma foto lá do Danilo com o William, né, sentados nessa escadinha? Vou ver se eu acho. Pro William mandar a foto, que tem ele e o Danilo pequeninhos sentados na escadinha do terreiro.

Quando Dona Marina estava à frente do terreiro, a família biológica morava na edificação. Dois aspectos marcantes foram perdidos a partir do início dos trabalhos da Prefeitura e são hoje quase imperceptíveis na paisagem: a abundância de plantas e árvores e a relação com as águas. Segundo Mãe Zana, “O barracão na verdade era cercado por vegetação” e havia água correndo na viela dos fundos, contígua à cozinha, por conta da existência de uma mina na rua. Uma das primeiras intervenções públicas, realizada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), foi uma espécie de tamponamento da viela, com blocos maciços, para evitar que a população jogasse esgoto ali – deu-se assim o sepultamento do fio d’água.

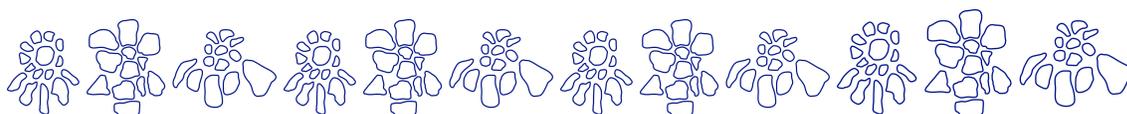


A comunidade do terreiro alimentava uma relação de afetividade e de troca com a comunidade ao redor, formada principalmente por “senhores e senhoras”, com as quais Dona Marina identificava-se por serem também principalmente nordestinos: “E um nordestino reconhece o outro pela fala, pelo jeito, pelo acolhimento”. Naquele momento, não havia muitos espaços propícios para que essas famílias se conectassem, o que fez do Ilê um ponto de encontro importante. Muitos vizinhos e vizinhas integraram-se ao terreiro, virando Filhos e Filhas de Santo. Os nomes dessas pessoas, que procuravam o terreiro para pedir vegetais ou frequentavam a casa em dia de distribuição de alimentos, eram também importantes marcadores do espaço e ativadores de memória. O Ilê e comunidade tornavam-se uma coisa só, indicando sua centralidade urbana e nos modos de habitar da região: “a favela é o terreiro, o terreiro é a favela”, comenta Mãe Zana, em consideração que nos remete a Beatriz Nascimento, especialmente a sua pesquisa intitulada “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas”, cujo relatório final data de 1981 (NASCIMENTO, 2021). A Yalorixá enumera aspectos que elucidam o caráter de “alternativo” da vizinhança formada em torno do Ilê:

As pessoas iam pro terreiro pra comer bem, ouvir boa música, dançar, festejar e se divertir. O toque do atabaque e a comida boa, com qualidade e fartura, aproximava as pessoas da comunidade do terreiro. Quando o terreiro está dentro da comunidade, o acolhimento é outro. É um espaço dentro do perímetro urbano que promove a verdadeira cidadania, porque você consegue viver de verdade.

Parte dos moradores da área tiveram destino semelhante ao do terreiro e precisaram deixar suas casas em função das consequências das obras públicas, mas ainda há pessoas que já habitavam o entorno no período de Dona Marina. Mãe Zana recorda-se de Doraci, moradora da mesma casa desde antes da instalação do terreiro. Na configuração final do terreiro, antes de ele ser completamente destruído, os desenhos de Mãe Zana registram a grande perda do conjunto em função das obras no córrego do Cadaval.

Enquanto Mãe Zana contava e desenhava as configurações do terreiro, Dona Sueli, Tomaz e Derick produziram as representações de ibás, além de auxiliarem com lembranças específicas de certos pontos da casa. As pesquisadoras, além do registro da atividade, participavam dessas ações, à medida que a Yalorixá ia designando as tarefas. A oficina durou cerca de pouco menos de três horas, e a maquete foi levada por uma das pesquisadoras, Sarah, para ser finalizada. Ela retornou a Carapicuíba em mais duas ocasiões, para ajustar detalhes com



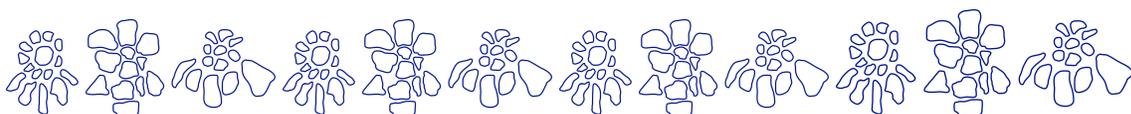
Mãe Zana, sendo uma das vezes acolhidas na Associação Cultural e Assistencial São Cosme e Damião, fundada por Mãe Iraildes, com a presença dela e de Vera, Yabassê do Ilê Axé Nitá Nirê. A maquete foi então fotografada, com todos os elementos de argila inseridos em suas posições, sendo referente à configuração que o Ilê Asé Odé Ibulamo tinha no momento de sua demolição.

As reproduções de paredes e ibás não trazem de volta o terreiro – e nem poderiam – mas contribuem com a manutenção da comunidade, por meio de seu autorreconhecimento e da produção de documentação sobre o Ilê, e com a compreensão dessa materialidade, que pode auxiliar nos processos de estudo e tombamento de outras edificações e paisagens culturais relacionadas a territórios negros nas cidades e ruralidades brasileiras. A produção coletiva da maquete, associada às entrevistas e trabalho de campo, permitiu a realização de espécies de inventário participativo ou cartografia afetiva da materialidade inexistente, abrindo caminhos para melhor articulação do campo institucional e disciplinar do patrimônio com a realidade de inúmeros lugares relacionados à cultura e vivência de povos de matriz africana, para os quais a ameaça e destruição têm sido imperativos.

CONCLUSÕES: “ESCREVIVÊNCIA”, “PRETUGUÊS” E PATRIMÔNIO

O processo de pesquisa, conjugando especialistas e comunidade detentora, permitiu apreender o Ilê Asé Odé Ibulamo como territorialidade negra ou afrodiáspórica no intraurbano de Carapicuíba, alinhando-se aos debates em torno de “bairros negros” ou “territórios negros” e outras espacialidades e urbanidades relacionadas à cultura de matriz africana (CUNHA Jr., 2020; RAMOS, 2013; ROLNIK, 1989; VELAME, 2019). As entrevistas, levantamento de documentação produzida e mantida pela comunidade, visitas de campo e produção coletiva de maquete possibilitaram a produção de registros e documentação que atesta o terreiro como centralidade comunitária e territorial, suporte de redes de vizinhança, de organização política e de garantia de direitos básicos, como a alimentação adequada. Esses aspectos relacionam-se às especificidades da formação desse território, a partir de modos de vida e valores próprios da cultura afrodiáspórica:

O bairro negro é decorrente de uma história coletiva que explora possibilidades de uma criação autônoma pela forte expressão cultural afro-brasileira, embora condicionada aos contextos brasileiros. Entendemos o bairro negro também como um território construído a partir dos saberes dos moradores fundadores,



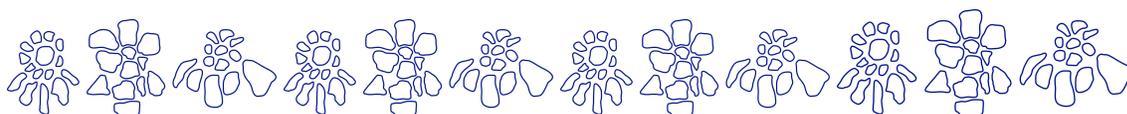
que construíram, de certa forma, com êxito, estratégias de solidariedade e de relações sociais (RAMOS, 2013, p. 194).

Enfrentando o conflito entre preservação e destruição sistemática, o processo de confecção da maquete permitiu a compreensão da materialidade e espacialidade do terreiro por aqueles que não o conheceram e possibilitou o registro de aspectos da vivência comum a esse grupo, elaborados a partir dos termos da própria comunidade, ou seja, no que se pode equivaler a um movimento de “escrevivência” (EVARISTO, 2021), que entremeia escrita e experiência. No contexto da pesquisa e da interface entre comunidades e instituições, a compreensão da centralidade da fala dos sujeitos interlocutores do projeto busca facilitar a eles “emergir na ordem do discurso e instituir as memórias de si” (GUIMARÃES-SILVA, PILAR, 2019, p. 48). Assim como Lélia Gonzalez reconhece a legitimidade das variações linguísticas originadas de grupos subalternizados no processo colonial e os saberes que inscrevem na vida social, cabe aqui defender a formulação de um léxico patrimonial “pretuguês”, isto é, um conjunto de conceitos e definições cujos sentidos sejam construídos a partir das comunidades, no diálogo com as instituições e meio acadêmico e acolhendo as diferenças e divergências entre todos os agentes envolvidos.

Por fim, retomando a frase de Mãe Zana, reproduzida no início da Parte 1 do artigo, preservar memórias e, assim, garantir o reconhecimento institucional em relação à patrimonialização e à relevância de terreiros e outros lugares ligados às culturas de matriz africana no Brasil passa pela preservação da própria população participante. É dessa forma que a equipe do projeto aqui examinado compreende a mobilização dos procedimentos de pesquisa utilizados, garantindo a manutenção da comunidade detentora e reconhecendo a validade de seus modos de vida, suas práticas, sua corporalidade e sua ordenação material do mundo. Em circunstância de destruição material, as ações empreendidas na interlocução entre o grupo social atingido e o meio acadêmico buscaram promover processos colaborativos, trazendo as trajetórias de vida e memórias são para dentro da escrita da história e lançando a história como campo disciplinar para dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Adam Michael. Informal archives: historical narratives and the preservation of paper in India's urban slums. **St. Comp. Int. Dev.**, n. 53, p. 343-364, 2018.



AZOULAY, Ariella Aïsha. **Potential History: Unlearning Imperialism**. Londres; Nova York: Verso, 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. A póscolonialidade e o artifício da história. **Práticas da História**, n. 11, p. 247-277, 2021.

CUNHA Jr., Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: Disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

EVARISTO, Conceição. Escrivivência. **Canal Leituras Brasileiras**, 6 Fev. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FRISCH, Michael. **A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history**. Nova York: State University of New York Press, 1990.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou De 'A Shared Authority' à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.) **História pública no Brasil: sentidos e itinerários** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.

GERBER, Raquel (dir.). **Ôrí**. Brasil, 1989, cor, 91'.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 127-138.

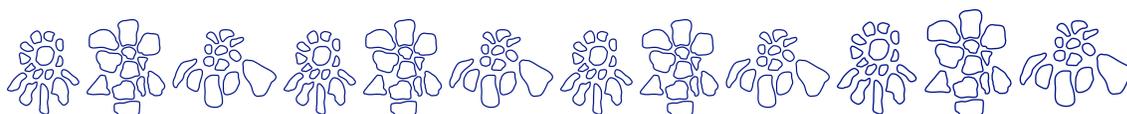
HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990 [1950].

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, Clara et al. (org.). **Pensamento negro radical**. São Paulo: Crocodilo, 2021, p. 104-126.

KRENAK, Ailton. O resgate do mundo mágico. In: WOREMAN, Karen; PEREIRA, Jesus (orgs.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: Editora Sesc, 2006, p. 49-55.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o Reinado de Rosário no Jatobá**. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Mazza Edições, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.



MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, nova série, n. 1, p. 207-309, 1993.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

MONTEIRO, Elaine. Universidade e comunidades: diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. In: MATTOS, Hebe (org.). **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 73-94.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas. In: RATTIS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 109-119.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.

NOTA SOBRE ESTA EDIÇÃO. In: JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**, Volume 1: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 7-8.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos** Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, set. 1989.

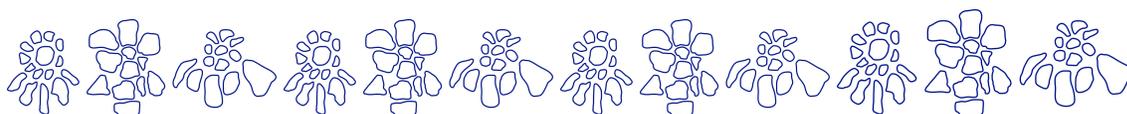
SANTOS, Myriam Sepúlveda. Os museus e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 271-302, 2000.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1978].



THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WOREMAN, Karen; PEREIRA, Jesus (orgs.). **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: Editora Sesc, 2006, p. 17-43.

VELAME, Fábio Macêdo. **Arquiteturas de ancestralidade afro-brasileira**. O Omo Ilê Agboulá. Um Templo de Culto aos Egun no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

